RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011-PJTFEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 233559
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011-PJTFEIS

Senhora Presidenta,

Considerando os termos do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66; Considerando, o que consta do Processo nº 240/10-PJTFEIS – PC de 2009;

Resolve esta Promotoria, com fundamento no art. 27, item IV, inciso IV da Lei nº 8.625/93, "in verbis":

"Art. 27 – Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;

Parágrafo único – No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anula ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito." (grifo nosso).

Recomendar

Que a administração da entidade atente para o que diz a NBC T 10.19- Entidades Sem Finalidades de Lucros, especificamente no item 10.19.2.7 e que no exercício seguinte seja providenciada a escrituração contábil referente às despesas com aluguel do imóvel locado e demais encargos correspondentes a este, tais como: energia elétrica, água e demais despesas decorrentes do referido imóvel como Ajuste de Exercícios Anteriores, com as devidas notas explicativas, haja vista estas não terem sido contabilizadas no exercício de 2009.

Belém, 16 de maio de 2011.

JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, em exercício.

ATO Nº 010/2011 - PJTFEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 233562
PROCESSO Nº 240/10 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
AMIGOS DO GUAMÁ
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009
ATO Nº 010/2011 - PJTFEIS

Ato Aprova com Recomendação as Contas

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA COM RECOMENDAÇÃO as contas apresentadas pela ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO GUAMÁ, referentes ao exercício financeiro de 2009, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 16 de maio de 2011.

José Nazareno Barros André

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e

Entidades de Interesse Social, em exercício

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PA Nº 240/2010-MP/PJTFEIS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 233556
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 240/10
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2009
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO GUAMÁ

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO GUAMÁ, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 10.189.927/0001-75, situada na Rua 25 de junho nº 345 nesta cidade e comarca de Belém, em 15/06/2010 foi notificado (fls. 03) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário de 2009, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

Às fls. 05 às 232, a entidade de interesse social apresentou as contas solicitadas.

Às fls. 233 a 239 o apoio contábil do Ministério Público, exarou parecer no sentido da aprovação das contas da referida entidade, tendo em vista que a mesma aplicou corretamente os recursos angariados na consecução de seus objetivos estatutários.

Ressaltando, as recomendações sugeridas no parecer, a fim de serem cumpridas pela entidade.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2009 da entidade denominada ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO GUAMÁ.

O DEVER DE PRESTAR CONTAS

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não-governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados.

Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; "a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração".

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumam obrigações de natureza pecuniária".

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações para fiscais.

O DEVER DE PRESTAR CONTAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispozo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

"Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita à dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação reger-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil".

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, "ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e A ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la."

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despicendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágl alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo "parquet".

No presente caso, a entidade apresentou suas contas ao Ministério Público do exercício 2009, de forma completa, ensejando a aprovação das contas da referida entidade.

Ante as razões aduzidas e aquelas outras contidas na manifestação do Apoio Contábil desta Promotoria de Justiça, o Ministério Público há de:

1) APROVAR COM RECOMENDAÇÃO, as contas do ano-calendário de 2009 da entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DO GUAMÁ, publicando-se o respectivo ATO DE APROVAÇÃO;

2) PUBLICAR, na imprensa oficial, esta decisão administrativa.

3) CIENTIFICAR, desta decisão, o representante legal da entidade.

Cumpridas as diligências supracitadas, voltem-me conclusos para outras providências.

Belém (PA), 16 de maio de 2011.

JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, em exercício.

Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 233544

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111904002, objetivando a **Aquisição de Produtos de Lavanderia incluindo Aparelho Dosador em Regime de Comodato** para atender as necessidades do Hospital Municipal de Juruti "Francisco Rodrigues Barros" que ocorrerá no dia 01 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111605001, objetivando a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Conexão a Internet de acesso rápido**, para atender as necessidades da Prefeitura e suas secretarias que ocorrerá no dia 01 de Junho de 2011 às 13h30min, **com visita técnica para o dia 27 de maio de 2011 às 08:30**. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111205001, objetivando a **Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Hospitalar** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde que ocorrerá no dia 02 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111205002, objetivando a **Aquisição de Material Eletrodoméstico e Eletroeletrônico**, para atender as necessidades da Prefeitura e suas secretarias que ocorrerá no dia 06 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111705001, objetivando a **Aquisição de Material de Cantina**, para atender as necessidades da Prefeitura e suas secretarias que ocorrerá no dia 07 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti Informa a abertura do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20111705002, objetivando a **Aquisição de Condicionadores de Ar**, para atender as necessidades da Prefeitura e suas secretarias que ocorrerá no dia 08 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti através do Departamento de Licitação, informa a **Repetição** de abertura do Processo na modalidade Pregão Presencial, Nº. 20110604001, objetivando a **Aquisição de Tecidos** para atender as necessidades da Prefeitura e suas Secretarias que ocorrerá no dia 03 de Junho de 2011 às 08h30min. Inf.: (93) 3536 1544. E-mail: licitacaojuruti@gmail.com

P. M. de Juruti declara vencedoras do certame PREGÃO PRESENCIAL nº. 20112102001, referente à **Aquisição de Peças e Acessórios pra Grupos Geradores para Atender as necessidades da prefeitura e suas secretarias** a empresa: SOARES MAQUINAS E MOTORES LTDA, CNPJ: Nº. 02.024.231/0006-75.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 233577

CONCORRÊNCIA – 007/2011 - Obj: Cont. de emp. prestadora de serviços de obras, para pavimentação em bloco de concreto pré-moldado sextavado (blocret), 30x30x08 Cm, em vias localizadas nos Bair. Aragão/Cidade Nova/Promissão I. **Data de Abertura: 20/06/2011 às 09:00 h.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212-Centro, onde se realizará o certame.Pgm.:19/05/11.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 006/2011-PMP/TRANSPORTES CALIMAN LTDA-EPP.Obj: Aquis. de Passes Escolares, objet. viabilizar o transporte de alunos matriculados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, no Prog. Alfa-Paragominas – Caminho da Cidadania, até 31/12/11. Com base no Art. 25 Inciso I, da Lei nº 8.666/93. Pgm.:17/03/11.Adnan Demachki - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 011/2011 – O Prefeito Municipal de Paragominas, usando de suas atribuições legais, e nos termos do Art. 78, Incisos I e II da Lei 8.666/93 e suas alterações, RESOLVE: **Art: 1º -** Designar os funcionários, Clarisse Nogueira Jorge – Presidente, Clarisse Pinheiro Correa – Secretária e Gersemi Pereira de Oliveira – Membro, integrar a Comissão Processante Especial, destinada a apurar denúncias de infrações administrativas cometidas pela empresa R. R. NASCIMENTO COMÉRCIO DE ALIMENTOS – EPP – Pregão Presencial 9/2010-00100. Parágrafo Único – A Comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de até 60 dias, como